

Altas habilidades/superdotação:

processos de mediação com a utilização das tecnologias de informação e comunicação
Soraia Napoleão Freitas

Como citar: FREITAS, S. N. Altas habilidades/superdotação: processos de mediação com a utilização das tecnologias de informação e comunicação. *In:* GIROTO, C. R. M.; POKER, R. B.; OMOTE, S. (org.). **As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 185-210. DOI: <https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-259-8.p.185-210>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO: PROCESSOS DE MEDIAÇÃO COM A UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Soraia Napoleão Freitas

O discurso na esfera educacional, principalmente sob o enfoque de uma de suas subáreas, a Educação Especial, abre caminho para repensar sobre a temática das Altas Habilidades/Superdotação⁷. A Educação Especial, na contemporaneidade, guiada pelo paradigma da Inclusão, se destina ao atendimento de um determinado público alvo, incluindo os que apresentam Altas Habilidades/Superdotação, que compreendem também seu campo de atuação. Cabe elucidar que o repensar de uma atuação e construção do conhecimento científico sobre essa temática, bem como sua finalidade como ato discursivo em prol da valorização do potencial humano, nos dias de hoje, se consolida como imprescindível à academia quando compreendido o processo histórico que guiou a humanidade até a presente data no que tange o reconhecimento e valorização dos indivíduos

⁷ Cabe elucidar que a terminologia empregada será Altas Habilidades/Superdotação, pois subsidia-se no conceito empregado pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Quando for realizada alusão à terminologias utilizadas por outros autores, estas serão colocadas entre aspas.

que apresentam características de Altas Habilidades/Superdotação. Além disso, é importante considerar a relevância desse público alvo e suas influências e marcas deixadas na historicidade humana em seu processo de constante evolução tanto científica, quanto tecnológica e social.

Considerando o processo histórico fundamental para a produção do conhecimento nessa área, o presente capítulo destina-se inicialmente a desenvolver um resgate histórico sobre a temática das Altas Habilidades/Superdotação nos diferentes períodos históricos, como também resgatar as políticas que legitimam o atendimento a esse público. Em acréscimo, considera-se que é de suma importância relatar a prática desenvolvida com esse público alvo no PIT - Programa de Incentivo ao Talento, que é um projeto de extensão desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Educação Especial: Interação e Inclusão Social (GPESP/CNPq) da Universidade Federal de Santa Maria, enfatizando principalmente no que tange o processo de mediação da aprendizagem por meio de novas tecnologias a serviço do desenvolvimento potencial de sujeitos que possuem Altas Habilidades/Superdotação. Uma vez que se pondera que a identificação desse público alvo não deve vir para fins classificatórios, mas sim como pressuposto fundamental à oportunização de condições de desenvolvimento das habilidades desses sujeitos para que se tornem agentes construtores de suas aprendizagens. Desse modo, evitando desperdício potencial e sua aplicabilidade à marginalidade, e assim tornando-os conscientes de sua atuação em sociedade. Em suma, mediar significa oportunizar acesso, equidade e principalmente condições de permanência ao ensino, pois incluir vai além do termo “inserir”.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DAS ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

A história é um organismo: o que está antes condiciona o que virá depois. A ruptura com a antiguidade faz surgir a Idade Média, e assim com os outros períodos históricos. Sob esse viés a humanidade transforma sua atuação (CAMBI, 1999). Nesse sentido, dentre os numerosos apontamentos numa linha temporal e histórica, muitas são as evidências de que as pessoas proeminentes ou com habilidades cognitivas superiores eram reconhecidas e valorizadas, e de acordo com o grupo e a

cultura podiam ser segregados para receber um tratamento de excelência. Isso fica evidente, conforme Pérez (2004), desde a Antiguidade Clássica, uma vez que a cultura Grega surge como uma das que mais atenção deu à inteligência superior explicando assim, o enorme número de filósofos, matemáticos, astrônomos que deixaram várias contribuições. Dentre eles, destaca-se Platão, que defendia a idéia de que tais pessoas deveriam ser identificadas na tenra infância e preparadas para serem líderes, num grupo ao qual chamou de: “Crianças de Ouro”.

Em Atenas, no século IV, autores como Colangelo e Davis (1991), descrevem que as crianças do sexo masculino, das categorias mais elevadas, conviviam em escolas particulares onde recebiam ensino na leitura, escrita, aritmética, literatura, história, artes e educação física. Além disso, em Esparta, no século VI, todos os meninos recebiam erudição e treinamento em agilidades militares, que eram muito valorizadas. Há de se destacar que aqueles que apresentavam habilidades neste campo, eram estimulados a ampliar as artes da luta e liderança militar (ibidem, ob cit), uma vez que o ideal de homem nessa sociedade era o bom guerreiro (CAMBI, 1999).

Diante desses apontamentos bibliográficos, fica evidente constatar que o ensino fundamental era aberto a meninas e meninos, entre os romanos, algumas destas podiam frequentar escolas de gramática, no ensino médio; mas o ensino superior não era permitido para as mulheres. Dessa forma, nesse período histórico inicia-se, de certa forma, a segregação por meio de gênero, esse pressuposto, aqui considerado como um fator cultural.

Já na cultura oriental, os chineses, segundo Renzulli e Reis (1985), no ano de 2200 a.C. haviam organizado um sistema de exames competitivos para escolher crianças e jovens unicamente mais capazes. Tais crianças eram mandadas à Corte para receberem tratamento exclusivo e específico. Nesta cultura, o conceito de Altas Habilidades/Superdotação adotado era amplo, valorizando as habilidades literárias, de liderança, a imaginação, a rapidez na leitura, a capacidade de memória, o raciocínio e a sensibilidade perceptiva. Reconheciam que as Altas Habilidades/Superdotação não eram algo estático, podendo germinar em distintos períodos da vida e, além disso, compreendiam a diferença entre esse termo e precocidade. Percebiam que estas não se desenvolviam sem um atendimento especial e apreendiam que

a educação devia ser proporcionada a todas as crianças de todas as classes sociais, mas de forma diversa, de acordo as suas aptidões.

Segundo Novaes (1977), na Turquia, no século XVI, os púberes mais inteligentes e mais fortes eram procurados por emissários do imperador e levados à Corte Real para serem instruídos como sábios, artistas ou chefes de guerra. Há de se destacar que, conforme Colangelo e Davis (1991), no Japão, nos anos de 1604 a 1868, os infantes pobres recebiam doutrinamentos sobre obediência, constância, humildade e diligência. Os filhos dos Samurais auferiam outro tipo de educação: confucionismo clássico, artes marciais, história, composição, caligrafia, valores morais e etiqueta. Alguns educandários privados foram designados para aperfeiçoar crianças com aptidão intelectual acima da média, independente de classe social.

No século XV e XVI os sujeitos proeminentes eram interpretados como bruxos, demônios e nocivas à sociedade. Nesse sentido, Virgolim, Fleith e Neves Pereira (1999) elucida que durante o Renascimento, todo tipo de desvio, tanto a insanidade como a genialidade, era considerado uma instabilidade ou doença mental concebida como função do cérebro e do sistema nervoso, o que deu origem a fortes interesses sobre as diferenças individuais no comportamento mental.

Segundo Alencar e Fleith (2001), a primeira investigação importante sobre inteligência, na História Contemporânea, foi desenvolvida pelo cientista inglês Galton, em 1869, que escreveu o *Gênio Hereditário*, no qual agregava a inteligência aos sentidos e considerava que o fenômeno da superdotação fora transmitido através das gerações.

Para Novaes (1977), nos Estados Unidos as primeiras ações para o atendimento de indivíduos com Altas Habilidades/Superdotação estavam baseadas na capacidade intelectual e financeira destes, que frequentavam escolas de ensino médio e superior. Mais tarde, em 1866, algumas escolas públicas deram início aos atendimentos específicos a estes alunos sendo que em algumas destas foi utilizado um sistema de promoções semestrais para concluir o curso em menor tempo. Esse conceito, nos dias de hoje, denomina-se aceleração e é proposto pela legislação educacional como recurso ao atendimento de sujeitos que apresentem Altas Habilidades/Superdotação.

Segundo Pérez (2004), a primeira escola especial para “superdotados”, foi fundada em Worcester, Estados Unidos, em 1901, e as primeiras classes especiais para estes alunos começam em Los Angeles e Cincinnati no ano de 1916, Urbana, Illinois, em 1919 e Manhattan, New York e Cleveland, Ohio, em 1922. Ainda sob viés do paradigma segregatório, ao mesmo tempo, em 1880, Cattell leva para os EUA as idéias de Galton e utiliza testes psicométricos em doentes mentais. Nessa época, inicia-se o período positivista, que busca a causa e efeito, e emprega a quantificação como recurso de explicação do ser humano. Portanto, a medição da inteligência é valorizada e surgem os testes psicométricos.

Em 1905, na França, Binet e Simon aplicam os primeiros exames de inteligência com aplicação prática em crianças com dificuldade de aprendizagem - a Escala Binet de Inteligência. Tais testes visavam identificar a causa do fracasso escolar de crianças que não conseguiam acompanhar o ensino nas escolas regulares. As escalas criadas em 1905, e posteriormente modificadas, aferiam habilidades de memória e verbal, raciocínio verbal e numérico, apreciação de sequências lógicas e capacidade de resolver problemas (ob cit).

Para Wechsler (1998), os Testes de Binet trazem mudanças em relação às concepções de inteligência vigentes na sua época, baseada nas funções sensório-motoras, ao demonstrar que a inteligência é um processo psicológico complexo que envolve compreensão, raciocínio, memória e resolução de problemas, entre outros.

Além do paradigma positivista, que corrobora com pressupostos dos testes a quantificação da inteligência, cabe destacar a forte influência emergente do capitalismo nas sociedades ocidentais, principalmente dos Estados Unidos que se torna potência mundial após segunda Guerra. A partir desse processo, principalmente, posterior a Guerra Fria, que pressupõe a disputa acirrada pelo poder, as novas tecnologias emergem rapidamente.

A psicometria constituiu-se como um marco nos estudos acerca do potencial intelectual humano. Deste modo, o Termo QI, segundo Pérez (2004), surge em 1911, quando o alemão William Stern desenvolveu o Quociente Mental, equação resultante da Idade Mental dividida pela Idade Cronológica multiplicada por 100.

Para Pérez (2004), Levis Terman, em 1916, propõe a revisão da escala Standford-Binet. No ano de 1921 Terman deu início a mais longa pesquisa longitudinal nesta área. Investigou crianças com QI acima de 140 tendo concluído que o QI continuava a aumentar ao longo da vida. Os estudos do mesmo autor contribuíram, também, para desmistificar as idéias equivocadas sobre o desenvolvimento sócio-afetivo dos “superdotados”.

Há de se destacar que os testes de QI quantificam a capacidade cognitiva humana apenas em determinados quesitos, uma vez que são compostos por respostas breves, estandarizadas, baseadas num nível cognitivo abstrato. Desse modo, consideram apenas algumas habilidades que não têm referência com aplicabilidade cotidiana e palpável de alguns conceitos. Nesse sentido, focalizam principalmente na detecção de habilidades linguísticas, lógico-matemáticas, analíticas e indutoras. Segundo Kincheloe (1997, p. 28), esses testes “[...] tendem a focalizar a atenção no trivial, enquanto negligenciam o que é profundo”, ou seja, as diferentes nuances da inteligência humana. Deste modo,

Nesta caminhada histórica, reducionista e linear, perdeu-se em termos de sensibilidade, estética, sentimentos e valores, especialmente em função a supervalorização dada pela mensuração, quantificação e comprovação dos fenômenos. Gerou-se uma concepção de vida em sociedade pautada na competitividade, no isolamento, no individualismo e no materialismo desenfreado. (BEBRENS; OLIARI, 2007, p. 60).

Em 1972, o Relatório Marland, encomendado pelo Congresso norte-americano, oferece um estudo sobre as crianças com Altas Habilidades/Superdotação e uma definição inovadora que, até hoje, muitos países utilizam. A partir de então, muitos deles passam a formular e desenvolver políticas públicas para estas.

É no final da década de 60, que Renzulli inicia suas incursões na área das Altas Habilidades/Superdotação e, em 1978, publica sua Concepção da Superdotação dos Três Anéis, prosseguindo posteriormente sua extensa produção e pesquisas. Essa teoria descreve que as características dos sujeitos que possuem Altas Habilidades/Superdotação são conceituadas através de um diagrama que entrelaça três anéis que correspondem a: capacidade acima da média; comprometimento com a tarefa e criatividade. Ao fundo

da intersecção desses anéis tem a representação de um mosaico que se refere às relações do sujeito com o ambiente e os fatores de personalidade. Desse modo, o comportamento superdotado consiste na intersecção desses grupamentos, podendo estas características mostrar-se de forma isolada ou combinada, e demonstradas com frequência, intensidade e consistência durante o processo de desenvolvimento do sujeito. Segue a figura que elucida o modelo proposto por Renzulli:

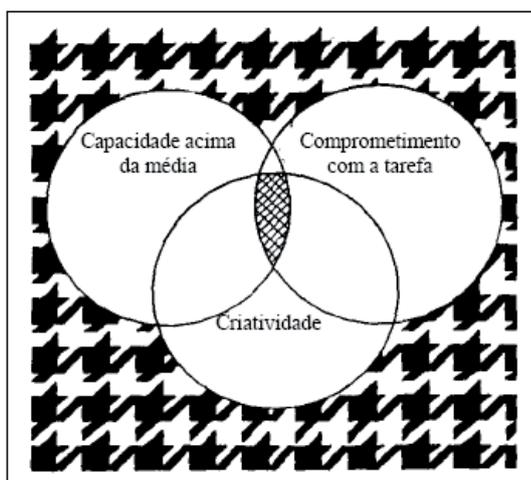


Figura 1- O Modelo dos Três Anéis

Fonte: Renzulli (1986 apud ABSD, 2000, p. 14)

No Brasil, segundo Novaes (1977), entre 1929 e 1931, o Instituto de Psicologia de Recife realizou experiências pioneiras, aplicando diferentes testes para detectar alunos com “habilidades superiores”. Nesse período, emergem alguns autores que despontam com suas teorias como a de Piaget (1936), onde se propõe a explicar que as origens do funcionamento mental dependem não somente da contribuição genética, mas também do ambiente. Portanto, Piaget privilegia o processo e não o produto.

A inquietação com o atendimento educacional para as pessoas com Altas Habilidade/Superdotação, no Brasil, começou no ano de 1929, quando a professora Helena Antipoff, pesquisadora dos aspectos da inteligência humana, chamava a atenção para a necessidade de se identificar os “superdotados” e prestar “serviços educacionais especializados aos alunos

que se destacassem por suas habilidades e talentos especiais” (ALENCAR; FLEITH, 2001). Sob orientação de Antipoff, em 1945, um grupo de alunos com potencial superior reunia-se no Instituto Pestalozzi do Brasil, no Rio de Janeiro, para realizar estudos nas suas áreas de habilidade. Em 1962 a professora Helena iniciou atendimento ao aluno “bem dotado” na zona rural de Minas Gerais.

Segundo Alencar e Fleith (2001), os primeiros alertas oficiais para a questão das Altas Habilidades/Superdotação aparecem em 1967, com uma comissão do Ministério de Educação, encarregada de estabelecer os critérios para identificar e atender tais indivíduos e em 1971, após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Em 1973, foi criado o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, que passou a dar apoio às questões referentes à superdotação em todo o país, inclusive realizando seminários na área. Em 1978 foi criada a Associação Brasileira para Superdotados e, novas ações e seminários foram realizados desde então.

Em 1983, Gardner revoluciona o meio científico com seu novo conceito de inteligência com seu livro - “A teoria das inteligências múltiplas”. A visão multidimensional da inteligência, segundo o estudioso, coloca os testes psicométricos numa posição coadjuvante no processo de identificação dos indivíduos superdotados. Ele ampliou a noção do *spectrum* de talentos, considerando que o tempo para classificar e rotular indivíduos deveria ser menor do que o destinado a ajudar e estimular suas competências e habilidades naturais.

Já em 1987, foi publicado o documento “A Hora do Superdotado: Uma Proposta do Conselho Federal de Educação” apresentando, segundo Alencar e Fleith (2001), princípios básicos da educação especial e orientações sobre procedimentos de identificação e sugestões de programas de atendimento aos superdotados, além de uma proposta de definição de superdotação para o país. Em 1995, a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação publicou as políticas federais e as diretrizes para a educação do aluno com de altas habilidades. Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996 – Lei nº 9.393 de 20 de dezembro de 1996 – e com a aprovação do

Plano Nacional de Educação em 2001, este atendimento foi reconhecido legalmente. Algumas iniciativas da rede públicas e privadas de ensino vêm sendo implementadas em vários estados.

Alguns referenciais bibliográficos mostram que alguns Estados vêm se destacando neste sentido, como o Distrito Federal que tem um programa de atendimento funcionando desde 1977. Segundo Alencar e Fleith (2001), Estados como Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rio Grande do Sul e Rondônia contam com programas de iniciativa pública e privada implementados para atender alunos que se destacam nas áreas intelectual e acadêmica. Outros Estados como Amazonas, Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo, possuem programas implementados.

Nesse sentido, garantir condições de reconhecimento e valorização das habilidades tornar-se-á fator determinante para avanço da sociedade e, de acordo com o sistema capitalista, mais lucro à sociedade que encontrará estratégias diferenciadas para seduzir o consumidor e avançar em termos tecnológicos e científicos. Para tanto, a oportunização de condições para o desenvolvimento potencial não são ações simples passíveis de serem desenvolvidas em curto espaço de tempo. Sob esse viés, surgem diretrizes da atualidade que legitimam o Ensino Básico e sua obrigatoriedade. Em acordo com Libâneo (2005), a universalização do Ensino Fundamental fundamenta-se em três princípios: eficiência, equidade e qualidade, que se tornarão como processo em longo prazo, mantenedor do sistema capitalista. Nesse sentido, “eficiência, produtividade, ciência e tecnologia atingiram quase *status* sagrado na paisagem modernista do século XX” (KINCHELOE, 1997, p. 17).

Consoante a discussão que se esta propondo, cabe considerar que:

A velocidade da modernização, mantenedora do sistema capitalista vigente, do ensino foi insuficiente para acompanhar o avanço geométrico do progresso tecnológico e todas as mudanças dele decorrentes. Nos “Estados Unidos [...] mais de 150 universidades e pelo menos 1200 outras instituições vêm oferecendo programas voltados para fortalecer os componentes da conduta criativa em profissionais das mais diversas áreas”. (ALENCAR, 2001, p. 1).

No campo das políticas públicas educacionais, sobretudo na área da Educação Especial, guiadas pelo neoliberalismo (capitalismo social), a inclusão social é fundamentada e legitimada, tornando-se instrumento de ação no contexto social, político, econômico e educacional (LIBÂNEO, 2005). Efetivam-se tais políticas, pela necessidade de ampliar horizontes do capitalismo que toma forma de “social”, justificando a máxima “educação para todos” (TORRES, 2000). Cabe destacar que tais políticas públicas têm intencionalidade maior, pois legitimam o acesso e a garantia da igualdade de direitos, sendo o “superdotado” (RENZULLI; REIS, 1985) amparado pela legislação por apresentar estilos e ritmos de aprendizagem diferenciados e necessitarem de estratégias educacionais distintas para desenvolvimento de suas habilidades.

Ao realizar uma análise macrossistêmica do processo de “acesso” ao ensino pode-se inferir, através de algumas políticas públicas atuais e discursos impregnados provindos do imaginário social, que estes ainda consideram a “superdotação” e promovem estratégias de desempenho aos potenciais cognitivos desses sujeitos para que estes possam trazer benefícios ao sistema político-social-econômico vigente. Pode-se constatar que ainda existem ideologias de incentivo aos “mais capazes” para desenvolvimento científico e tecnológico da sociedade e, o que, de certa forma, repercutirá em mais lucro e se tornará mantenedor do capital.

Diante dessas constatações, se considerarmos que ainda estão presentes ideologias tais como “seleção dos mais capazes”, e pensarmos na amplitude dessa questão macrossistêmica, pode-se inferir que a política de acesso ao ensino se amplia ao Ensino Básico, Médio e Superior. Cabe considerar que a permanência se torna prática constante apenas no Ensino Básico, uma vez que o Estado se compromete financeiramente com o processo educacional dos indivíduos, assim, o prosseguimento aos anos de escolarização torna-se uma ação individual custeada pelo próprio indivíduo. Ainda, destaca-se que sujeitos com Altas Habilidades/Superdotação podem estar dentre a parcela de desprivilegiados, pois o fenômeno da “superdotação” não está relacionado somente às condições de estímulos do meio. Portanto aqueles que por ventura não tem acesso aos bens culturais e às novas tecnologias por estar à margem da sociedade podem ser detentores de um potencial superior, que se não trabalhado poderá adormecer ou,

também, esses indivíduos podem canalizar suas habilidades para o mundo da criminalidade.

Após termos realizado um resgate histórico sobre a temática das Altas Habilidades/Superdotação nos diferentes períodos históricos e contextos geográficos e sociais, inicia-se a discussão sobre a subárea que empreende essa temática, bem como as políticas e diretrizes que legitimam atendimento aos sujeitos com Altas Habilidades/Superdotação, para posteriormente descrever um histórico das ações no Estado do Rio Grande do Sul, principalmente de Santa Maria, com o Programa de Incentivo ao Talento.

A Educação Especial, nesse sentido, trata-se de uma modalidade de educação que não mais equivale ao ensino regular, mas que se propõe a desenvolver propostas junto aos alunos com necessidades educacionais especiais em consonância com o ensino regular, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. Portanto, de acordo com o Art. 5º da Resolução nº 2, de setembro de 2001,

Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem:

I - dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:

- a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica;
- b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;

II – dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

III - altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes. (BRASIL, 2001).

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva divulgada no ano de 2008 pelo Ministério da Educação e Secretaria de Educação Especial do Brasil, o conceito de necessidades educacionais especiais ressalta a interação das características individuais dos alunos com o ambiente educacional e social, chamando

a atenção do ensino regular para o desafio de atender as diferenças. Por conseguinte, de acordo esta Política,

Consideram-se alunos com deficiências àqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se neste grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas isoladas e combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. Dentre os transtornos funcionais específicos estão: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros. (BRASIL, 2008, p. 9).

De acordo com a Política (BRASIL, 2008), quando trata do atendimento diferenciado aos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, não se pode distanciar das propostas do Atendimento Educacional Especializado (AEE) que são previstas para o acompanhamento e atendimento educacional destes alunos. Considerando as políticas educacionais brasileiras que garantem a igualdade de direitos e de oportunidades a todos os alunos, o Atendimento Educacional Especializado é oferecido como umas das possibilidades de se garantir esta igualdade de direitos entre os cidadãos, e como uma forma de alcançar uma educação de melhor qualidade para estes sujeitos.

Além disso, este atendimento educacional especializado é oferecido como apoio aos alunos que se encontram matriculados na rede regular de ensino, o que vem no sentido de complementar ou suplementar a sua educação, não o impedindo de estar participando do contexto escolar. Pois, de acordo com a Constituição Federal de 1988, é direito de todos a educação, com igualdade de acesso e permanência na escola, com a garantia de ensino fundamental obrigatório.

Não se pode deixar de citar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, em seus artigos 58, 59 e 60, tratam do atendimento diferenciado aos alunos da educação especial, esclarecendo sua disponibilidade a estes, com intuito não de substituir o ensino oferecido nas escolas regulares, mas de remover barreiras que estejam impedindo sua participação mais efetiva. Assim, o Atendimento Educacional Especializado se coloca como uma forma de disponibilização de recursos educacionais de apoio a estes alunos, proporcionando-lhe alternativas diferenciadas de atendimento, levando em consideração suas necessidades peculiares (BRASIL, 2010).

Em setembro de 2008 foi promulgado o Decreto nº 6.571, que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado, no qual são regulamentados alguns itens norteadores para este atendimento. O Art. 2º deste decreto, sobre os objetivos do AEE, estabelece a necessidade de

- I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos referidos no art. 1º;
- II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e
- IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino. (BRASIL, 2008).

Além disso, neste decreto, o Ministério da Educação (MEC) assegura que prestará apoio técnico e financeiro a algumas ações voltadas à oferta do Atendimento Educacional Especializado, conforme consta no artigo Art. 3º, citando, dentre elas, a implantação de salas de recursos multifuncionais; a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado; a formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva; a adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade; elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade; e a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior.

Como se pode notar, existem propostas para este Atendimento Educacional Especializado para os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e para os alunos com Altas Habilidades/Superdotação, sendo que estes últimos são o foco deste trabalho e sobre os quais está-se buscando pensar com maior aprofundamento, na tentativa de se debater a respeito das políticas para atendimento a eles.

Salienta-se que, assim como para os demais alunos citados, este Atendimento Educacional Especializado previsto na legislação é de muita relevância para a educação dos alunos com Altas Habilidades/Superdotação, mesmo havendo um número reduzido de publicações a respeito deste tema. A LDB nº 9.394/96, Capítulo V, da Educação Especial institui que:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicas, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados.

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

O aluno com altas habilidades/superdotação tem o direito de ter adaptações curriculares e aceleração escolar, pois apresentam habilidades superiores nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora. (BRASIL, 1996).

Em outras palavras, a proposta inclusiva vem ao encontro dos paradigmas vivenciados na história da educação especial em nosso país, pois “percebe” e “repudia” as práticas excludentes seja em âmbito escolar quanto social. Desse modo a escola passa a introduzir técnicas e alternativas metodológicas que possibilitem ao indivíduo atendimento que respeite suas características formas/estilos de aprendizagem. Em suma, a educação inclusiva “[...] avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.” (BRASIL, 2008, p. 5). Portanto,

A inclusão escolar tem início na educação infantil, onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança. (BRASIL, 2008, p. 16).

HISTÓRICO DAS ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL: CAMINHOS QUE FORMAM E QUE ESTÃO SENDO TRILHADOS

As iniciativas, no tocante as Altas Habilidades/Superdotação, no Rio Grande do Sul, estão agrupadas, em maior destaque, na capital, Porto Alegre e na cidade de Santa Maria. Em Porto Alegre, a Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para as Pessoas Portadoras de Deficiência e de Altas Habilidades no Rio Grande do Sul, conta com o Centro de Desenvolvimento, Estudos e Pesquisas nas Altas Habilidades (CEDEPAH). (www.faders.rs.gov.br- acesso em 24/02/09)

As propostas para atendimento deste Centro, criado em 1994, visam à identificação e o atendimento sistemático e assistemático da pessoa com Altas habilidades/Superdotação através da compreensão da subjetividade singular desses sujeitos para seu autoconhecimento e uma melhor relação com o meio; formação de grupos de crianças, adolescentes e adultos com objetivo de trocas vivenciais, expressões do pensamento e experiências criativas; atendimento às famílias e às escolas, potencializando-as no reconhecimento e uso de seus recursos no processo de educar seus filhos/alunos; proporcionando ações que viabilizem sensibilizar a comunidade, despertando-a para um

processo reflexivo e esclarecedor nas questões pertinentes à pessoa com altas habilidades/superdotação e sua integração educacional e social; capacitação de profissionais para atuarem com esta clientela, instrumentalizando-os para atendimento educacional, aprofundamento e/ou enriquecimento curricular, flexibilização de currículos, adaptação de metodologias e avaliação, numa proposta inclusiva; pesquisa na área com objetivo de ampliação do conhecimento sobre o tema, possibilitando uma constante interface entre a teoria e a prática.

O Colégio Militar de Porto Alegre, (<http://www.cmpa.tche.br> - acesso em 24/02/09) também localizado na capital, desenvolve, desde 1997, o Projeto de Potencialização e Enriquecimento (PROPEN) que atende alunos, professores e clubes. No tocante aos alunos, a proposta geral do projeto é possibilitar que o jovem que apresenta indicativos de talentos/habilidades acima da média possa produzir mais, e mais cedo, não só para si mesmo, mas, principalmente, para a coletividade na qual está inserido. O trabalho, então, se direciona para que esse aluno cresça e faça o grupo crescer junto consigo, evitando, ainda, que possa vir a perder tais habilidades com o passar dos anos, ou possa direcioná-las para fins ilícitos.

A outra ação desenvolvida no tocante as Altas Habilidades/superdotação no Estado é através da Associação Gaúcha de Apoio às Altas Habilidades/Superdotação, que nasceu durante o IV Seminário Nacional sobre Superdotados, realizado em Porto Alegre, de 21 a 23 de outubro de 1981, sob a denominação Associação Brasileira para Superdotados - seção RS. É uma Organização Não-Governamental - ONG, sem fins lucrativos, registrada na Secretaria de Trabalho, Cidadania e Assistência Social do Rio Grande do Sul e no Conselho Municipal de Assistência Social, com Declaração de Utilidade Pública Federal e Estadual. Suas atividades se desenvolvem em quatro eixos principais: 1. Aconselhamento e Assessoria: para as pessoas com altas habilidades e suas famílias; professores; profissionais de diversas áreas; órgãos públicos e privados; órgãos de imprensa e divulgação; 2. Defesa e promoção dos direitos das pessoas com altas habilidades: Representação em instâncias públicas; reivindicações de atendimento perante secretarias estaduais e municipais, Conselhos e demais órgãos públicos; 3. Pesquisa e capacitação: Estudo de Prevalência de Alunos com Indicadores de Altas Habilidades/Superdotação nas Escolas Públicas

e Privadas da Região Metropolitana de Porto Alegre; apoio e divulgação de pesquisas na área; participação em eventos; organização de eventos; cursos de formação; grupo de estudos. 4. Sensibilização e informação: Reuniões mensais; palestras em escolas e faculdades públicas e privadas; órgãos de imprensa e divulgação; biblioteca especializada; projeto Jornadas CriARTeiras. (<http://www.agaahsd.com.br/>- acesso em 24/02/09).

Em Santa Maria a atenção aos alunos com altas habilidades/superdotação, mediante a adoção de práticas educacionais específicas, que favoreçam a sua identificação, seu desenvolvimento e a estimulação de seu potencial, destaca-se o Programa de Incentivo ao Talento - PIT.

O Programa está vinculado e é desenvolvido pela equipe do Grupo de Pesquisa Educação Especial: Interação e Inclusão Social, GPESP/CNPq, da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, o qual é coordenado pela professora Soraia Napoleão Freitas. Este projeto teve sua gênese em 2003, no município de Santa Maria/RS, e funciona como um projeto de extensão universitária até os dias atuais. Esse projeto transcende a uma ação extensionista, uma vez que não só se apropria da comunidade local como fruto de estudo, mas sim busca propor alternativas para auxiliar a transformação da realidade e subjetividades dos sujeitos envolvidos e suas famílias.

Conforme Fortes (2008), os alunos selecionados para participar do PIT são identificados pelo projeto de Pesquisa “Da Identificação à Orientação de Alunos com Características de Altas Habilidades”, executado também pelo grupo GPESP/CNPq. Tal identificação é realizada em estabelecimentos de ensino dos sistemas estaduais, municipais e particulares, da cidade de Santa Maria/RS, com alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Este projeto de pesquisa utiliza como um de seus pressupostos teóricos, os estudos da professora Zenita Guenther (2000), que realiza a identificação de sujeitos “bem dotados e talentosos” no CEDET (Centro Educacional de Desenvolvimento do Talento) situado em Lavras, Minas Gerais.

Há que se destacar que esse processo de identificação realizado pelo projeto de pesquisa demanda ações multidimensionais, apresentado por várias etapas e estratégias como: a) preparação da conscientização e esclarecimentos sobre a temática das altas habilidades, ministrada pela

equipe executora do programa, com a finalidade específica de esclarecer aos professores a respeito do assunto e auxiliar na identificação dos alunos com características de altas habilidades nas salas de aula; b) preenchimento de um Guia de Observação com 26 (vinte e seis) itens pelos professores, contemplando nele as características comumente observadas em alunos com Altas Habilidades/Superdotação, o qual é utilizado e sugerido por Guenther (2000). Além destas etapas, são realizadas entrevistas com os professores das séries atuais e anteriores dos alunos indicados, assim como são feitas atividades com esses educandos e entrevista com seus pais e/ou responsáveis, a fim de obter maiores informações sobre a história de vida dos mesmos. Desse modo, os alunos identificados com características de altas habilidades/superdotação ao final deste processo são indicados a participar do Programa de Incentivo ao Talento.

Diante disso, o PIT objetiva a constituição de ações, recursos e dados que venham a integrar-se no sistema de ensino e na comunidade, colocando esse conjunto de fatores em ações integradas e consistentes, para melhor apoiar e assessorar no desenvolvimento de alunos com características de Altas Habilidades/Superdotação.

Atualmente, o Programa de Incentivo ao Talento é desenvolvido aos sábados, no turno matutino, na Escola Estadual Padre Caetano, uma vez que nesta instituição está locada uma Sala de Recursos para o Desenvolvimento de Potenciais. A duração dos encontros é de até duas horas. Participam do Programa crianças com idade entre 6 (seis) e 14 (quatorze) anos. A equipe executora do programa é composta por acadêmicos do Programa de Pós Graduação em Educação da UFSM/PPGE – mestrado e doutorado, acadêmicas do Curso de Pedagogia/UFSM e do Curso de Educação Especial/UFSM, participantes da comunidade e coordenado pela Professora Doutora Soraia Napoleão Freitas.

Para a concretização do PIT, destacam-se atividades de enriquecimento de acordo com o Modelo de Enriquecimento Escolar proposto por Renzulli. Tal modelo pressupõe uma multiplicidade de conhecimentos aos alunos com altas habilidades/superdotação, esquematizado tanto para a implementação no espaço escolar como fora dele. Tais atividades são denominadas de Enriquecimento do tipo I, II e III.

No Enriquecimento do Tipo I, quanto às atividades propostas nesta abordagem, os alunos têm a oportunidade de descobrir uma gama de variedade em áreas ou tópicos do conhecimento, como pessoas, locais, acontecimentos, os quais, geralmente, não são contemplados no currículo da escola regular. Já no Enriquecimento do Tipo II, as ações, visam à utilização de procedimentos, materiais e técnicas de pesquisa, que beneficiam o desenvolvimento de habilidades superiores, e que podem ser de âmbito geral, como o pensamento criativo, a solução de problemas, a atitude de analisar, sintetizar e avaliar, ou mais específicas, como desenvolver habilidades avançadas para aprendizagem da ciência, criando experimentos, analisando os dados e característica do tópico de seu interesse, além de estimular os processos de expansão pessoal e social, tais como, liderança, comunicação e o acréscimo de autoconceito positivo. Por último, no Enriquecimento do Tipo III, para a eficaz ampliação de atividades realizadas nessa abordagem, supõe basicamente o uso de técnicas e estratégias anteriormente pesquisadas, o que admite a inquirição de problemas reais envolvendo os alunos no desenvolvimento de projetos de pesquisa numa área de seu interesse. Em outras palavras, o tipo II dá suporte para que no tipo III o aluno possa construir seus conhecimentos e aplicá-los de uma forma prática, construindo novos conceitos sobre que lhe foi transmitido na etapa anterior. Enfim, no tipo III o sujeito torna agente na construção do conhecimento.

Além disso, o Programa vincula parcerias com Programas de Educação Tutorial (PETs) e os demais cursos da Universidade Federal de Santa Maria, possibilitando aos acadêmicos a organização de atividades e a vivência da teoria e prática e principalmente a contemplação das áreas de interesse dos alunos do PIT.

Através de oficinas temáticas, os acadêmicos dos grupos PETs e de outros cursos, como exemplo, Letras, Matemática, Geografia, História, Informática, Educação Física, Ciências Biológicas, Artes Cênicas, Engenharia Elétrica, entre outros, contribuem com a proposta de enriquecimento. Segundo Fortes (2008), é importante frisar que essas oficinas temáticas instigam a ascensão, especialmente, da criatividade dos alunos, além de possibilitar a interação com distintos campos de informações e o incremento de habilidades, de acordo com o interesse de cada um.

Além de oportunizar a (re)descoberta e compreensão das diferentes áreas do saber, a partir de uma perspectiva diferente, segundo interesses individuais dos alunos, o Programa também possibilita aos pais dos alunos, encontros e discussões sobre a temática em questão. Os encontros com os pais acontecem quinzenalmente, com objetivo de que os mesmos reúnam condições possíveis e favoráveis para compreender melhor seus filhos, como também apoiar e incentivar o desenvolvimento de suas habilidades.

O uso desse tipo de enriquecimento estimula o pensamento criativo e possibilita a vivência de experimentos distintos, baseadas nos interesses e necessidades de cada aluno. Dessa forma, o PIT é um programa flexível, na medida em que organiza e planeja suas atividades de acordo com os recursos disponíveis e as características do contexto de seus respectivos protagonistas, criando, sobretudo, um ambiente desafiante conforme as habilidades e os interesses destes.

Além de proporcionar atividades extra-escolares, o PIT vem desenvolvendo um trabalho de tutoria nas escolas em que os alunos estão matriculados. Essa iniciativa possibilita condições de esclarecimento sobre as dúvidas acerca da temática das altas habilidades/superdotação, como também indica sugestões de estratégias educacionais facilitadoras do desenvolvimento potencial dos alunos com altas habilidades/superdotação.

A REFLEXÃO SOBRE A MEDIAÇÃO E A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: PROPOSTAS DESENVOLVIDAS NO PIT

Como já foi descrito anteriormente, o Programa de Incentivo ao Talento - PIT é um projeto que tem como público alvo sujeitos com características de Altas Habilidades/Superdotação. A metodologia utilizada no Programa de Enriquecimento Escolar embasa-se no Modelo de Enriquecimento Escolar (*The Schoolwide Enrichment Model – SEM*), resultante do trabalho pioneiro do educador norte-americano Joseph Renzulli (REZULLI; REIS, 2000), validado por mais de vinte anos de pesquisas empíricas, como supracitado no desenvolvimento desse capítulo.

Entre as estratégias de enriquecimento propostas neste modelo, destaca-se o *portfolio* do talento total e o Modelo Triádico de

Enriquecimento. O *portfolio* visa identificar e maximizar o potencial de cada aluno e no qual sistematiza-se, através da coleta de dados, os interesses, estilo de aprendizagem e de expressão apresentados. Já o Modelo Triádico sugere a implementação de atividades de enriquecimento referidas acima.

De acordo com Fleith (2007), as características principais do Modelo de Enriquecimento Escolar elaborado por Renzulli (REZULLI; REIS, 1985) são: a dinamicidade das atividades, o favorecimento da autonomia, o incentivo a tomada de decisões dos alunos, envolvimento da comunidade quando faz com que os alunos utilizem sua rede de relacionamentos na realização das atividades, pois as atividades de enriquecimento do tipo III devem resultar em um produto com aplicação social, dentre outros.

A periodicidade das atividades dos três tipos anteriormente citados será variável e flexível, pois dependerão da maturidade, desenvolvimento e autonomia dos alunos participantes do projeto. Por conseguinte, cabe elucidar que a passagem do aluno de uma etapa para outra é decidida pela equipe que coordena o projeto e pelo aluno, pois lhe é permitido repensar sobre seu processo de aprendizagem optando ou não pela promoção de Tipo. A ênfase do PIT é proporcionar ao indivíduo com Altas Habilidades/ Superdotação a construção de sua aprendizagem respeitando seu processo de desenvolvimento cognitivo e psicossocial.

Os PETs são Programas de Educação Tutorial, organizados pela Universidade Federal de Santa Maria e compreendem vários cursos de graduação, os quais, mostrando interesse em participar do PIT, conjuntamente com a equipe do mesmo, vão organizar e propiciar atividades de aprendizagem que auxiliem o aluno a aprofundar os interesses individuais e, assim, venham a apoiá-los a produzir algo para si mesmos. Além disso, buscam fornecer instrumentos e materiais ensinando técnicas que contribuam com o desenvolvimento das habilidades criativas, críticas e de pesquisa. Um dos objetivos do Programa de Incentivo ao Talento (PIT) é realizar parceria com os grupos PETs e outros Cursos, de acordo com interesse dos alunos, existentes na UFSM, a fim de que estes propiciem aos alunos participantes do PIT experiências de investigação e pesquisa referentes às diversas áreas do conhecimento.

Neste sentido, para que os sujeitos com Altas Habilidades/ Superdotação possam desenvolver ainda mais suas habilidades, é necessário proporcionar atividades propositalmente elaboradas para expor, estes alunos, a uma ampla variedade de disciplinas, tópicos, assuntos, profissões e lugares, geralmente não incluídos no currículo escolar. Espera-se, assim, que as necessidades afetivas, sociais e educativas especiais destas pessoas, sejam atendidas devidamente.

Ao longo de cada oficina que os PETs promovem, os quais atuam conjuntamente com a equipe do PIT, várias áreas de conhecimento já foram trabalhadas propiciando atividades de aprendizagem que auxiliam o aluno a aprofundar os interesses individuais e, assim, venham a apoiá-los a produzir algo novo e criativo.

Considera-se na era pós-moderna em que a sociedade vive que não basta ser inteligente se não for bem informado, se não estiver a par dos acontecimentos globais e, principalmente se não souber utilizar-se das novas tecnologias de informação ou ferramentas de comunicação. Pensando nesta problemática, o PIT, especificamente no Tipo II, proporciona aos alunos diversas atividades que possibilitam a estes um maior contato e domínio de algumas das tecnologias de informação e comunicação utilizadas na sociedade atual. Além disso, as atividades do Tipo II estimulam a inteligência global dos alunos e permitem sua acessibilidade a ferramentas e tecnologias.

Uma das oficinas ofertadas aos alunos participantes do Tipo II no PIT foi a do PET do Curso de Ciências da Computação da UFSM, a qual sempre denota grande interesse dos alunos. A parceria com esse grupo PET culminou com efetivação de um tipo III diferenciado, que empregou a construção de mídias e linguagens lógicas das áreas das ciências da computação, aspectos que a escola regular muitas vezes não dispõe para proporcionar a esse público alvo.

Nesta oficina os alunos tiveram a oportunidade de aprender como se dá o processo de construção de um *site*, bem como construir, cada um, o seu *site* e apresentá-lo de forma *online* para os demais colegas. Além das atividades do PET do Curso de Ciências da Computação, outros PETs, como o do Curso de Matemática, se utilizaram do computador e de outras

tecnologias na mediação de conhecimentos específicos de suas áreas, assim como as tecnologias também permearam o planejamento das atividades do tipo I, possibilitando aos alunos, entre outras atividades, a construção de histórias infantis com programas específicos, pesquisas científicas, etc., o que contribui para um maior envolvimento com as tarefas por parte dos alunos, uma vez que atrai a atenção dos mesmos.

Portanto, as novas tecnologias são utilizadas como recurso facilitador no processo de construção de aprendizagens uma vez que considera-se imprescindível aos sujeitos com altas Habilidades/ Superdotação o conhecimento desses novos recursos, que por vezes lhe são distantes como estratégias educacionais de desenvolvimento potencial, seja por falta de recursos financeiros ou outros fatores.

Estas atividades permitem ao alunado do PIT acesso e domínio das tecnologias da informação e comunicação, além de proporcionar a estes sujeitos uma aprendizagem significativa e envolvente, por meio de processo de mediação, pela aquisição de conhecimentos pela interação do sujeito com o meio. Em outras palavras, o ser humano adquire conhecimentos a partir de relações intra e interpessoais e de troca com o ambiente ao qual está inserido (VYGOTSKY, 1993), sendo que tais ações do sujeito com mundo (dos objetos e das pessoas) tem como finalidade a troca de saberes e a promoção do conhecimento.

A equipe de profissionais que pensa e organiza a atuação no PIT compreende que as atividades que se utilizam de novas tecnologias, se bem mediadas, facilitam o aprendizado e o desenvolvimento de capacidades, além da valorização do sujeito em sociedade. Nesse sentido, nos questionamos quanto a ausência de uma mediação adequada, de um direcionamento construtivo, que pode influenciar os alunos a canalizarem seus potenciais de forma equivocada. Neste sentido Fante (2005) alerta pais e educadores quanto à utilização desregrada das novas tecnologias. A autora fala da agressividade entre os pares – comportamento *bullying* – e da influência de algumas tecnologias para este comportamento agressivo.

Para Fante (2005), os meios de comunicação no mundo pós-moderno, também contribuem para a formação dos comportamentos agressivos entre pares. Isso se evidencia, uma vez que são preconizados

pela mídia padrões de beleza e moda, além de serem exibidas cenas de violência em alguns programas de televisão. A autora lembra que os jogos de *videogames*, que são atividades elencadas como preferenciais por crianças e jovens, também incentivam atos violentos. Para a autora:

São veiculadas idéias agressivas e destrutivas nos filmes, jogos de *videogames* e de computadores, em que a violência é vista como algo imediato, cotidiano e frequente. Os mais violentos tem a capacidade de ganhar e sobressai-se entre os demais. As crianças e adolescentes tendem a ver na agressividade e na violência estratégias de resolução de problemas, desconsiderando o diálogo como recurso eficaz. (FANTE, 2005, p. 171).

Neste contexto, tem-se no PIT o cuidado de não instigar este tipo de comportamento, visto que em todas as atividades em que se utiliza como ferramenta as novas tecnologias tem-se o objetivo de proporcionar conhecimento nas diversas áreas do saber, porém com supervisão e orientação dos profissionais. Neste sentido, a mediação na utilização de tecnologias de informação e comunicação no atendimento a alunos com características de altas habilidades/superdotação tem acontecido no PIT de forma positiva, ou seja, exploratória e construtora de conhecimento.

Aranha (1989, p. 24) menciona que “Com advento da cibernética, ou seja, a partir da revolução da informática e da generalização do uso de computadores, a sociedade contemporânea sofreu uma mudança que alterou significativamente as relações de trabalho” bem como as relações interpessoais e ritmo de vida dos homens pós-moderno. Nesse sentido, conforme Aranha (1989) elucida, o cotidiano do ser humano se transforma marcado pela automação tornando-se a máquina um instrumento constante de mediação do homem com o mundo. Compreendendo essa premissa e a importância do uso das novas tecnologias para desenvolvimento potencial, a proposta do PIT considera que a mediação surge como fator essencial para se os alunos participantes se utilizem de forma adequada às tecnologias da informação e comunicação. Portanto, analisa-se que estas tecnologias são muito importantes para o desenvolvimento destes sujeitos, porém devem ser mediadas e canalizadas para o progresso pessoal e científico.

Compreender o processo histórico da humanidade, sobretudo no que tange a compreensão e o reconhecimento do fenômeno das altas

habilidades/superdotação nos permite, enquanto seres humanos, traçar novas diretrizes, fazer a história presente através de ações que almejem oportunizar condições de igualdade de oportunidades, e principalmente a conscientização dos sujeitos com altas Habilidades/superdotação de sua atuação em sociedade. Uma vez que a potencialidade humana deve ser encorajada para possibilitar a evolução pessoal e da sociedade e não a destruição das mesmas.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA SUPERDOTADOS. Seção RS. *Altas habilidades/superdotação e talentos: manual de orientação para pais e professores*. Porto Alegre: ABSD, RS, 2000.
- ALENCAR, E. M. L. S.; FLEITH, D. *Superdotados: determinantes, educação e ajustamento*. São Paulo: EPU, 2001.
- _____. *Repensando a educação para o século XXI*. Boletim Eletrônico da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, 2001. Disponível em: <<http://www.talentocriativo.com.br/producao.htm>>. Acesso em: 10 out. 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/seesp>> Acesso em: 30 mar. 2010.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Diretrizes gerais para o atendimento educacional dos alunos com altas habilidades/superdotação e talentos*. Brasília, DF, 2002.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva*. Brasília, DF, 2008.
- CAMBI, F. *História da pedagogia*. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.
- COLANGELO, N.; DAVIS, G. *Handbook of Gifted Education*. Massachusetts: Allyn and Bacon, 1991.
- FORTES, Caroline Corrêa. *Contribuições do PIT - Programa de Incentivo ao Talento no processo de aprendizagem e desenvolvimento de um aluno com altas habilidades*. 2008. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.
- GUENTHER, Z. *Desenvolver capacidades e talentos: um conceito de inclusão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- KINCHELOE, J. A. *Formação do professor como compromisso político: mapeando o pós-moderno*. Tradução de Neze Maria Campos Pellanda. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

- LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- NOVAES, Maria Helena. *Psicologia da criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- BARRERA, S. G. P. *Gasparzinho vai á escola: um estudo sobre as características do aluno com altas habilidades produtivo-criativo*. 2004. 306 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- RENZULLI, J. S.; REIS, S. M. *The schoolwide enrichment model: a comprehensive plan for educational excellence*. Mansfield Center, CT: Creative Learning, 1985.
- FANTE, C. *Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas Escolas e educar para a paz*. Programa Educar para a Paz. 2. ed. Campinas: Verus Editora, 2005.
- TORRES, R. M. *Educação para todos: a tarefa por fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- VYGOTSKY, L. S. *Pensamiento y lenguaje*. Conferencias sobre Psicología. Madrid: Visor, [1934] 1993. (Obras Escogidas, 2).
- WECHSLER, S. M. *Criatividade: descobrindo e encorajando*. Campinas: Editora Psy, 1998.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ALENCAR, E. S. de. *Psicologia e educação do superdotado*. São Paulo: EPU, 1996.
- ARANHA, M. L. A. *História da educação*. São Paulo: Moderna, 1989.
- GUENTHER, Z. *Capacidade e talento: um programa para a escola*. São Paulo: EPU, 2006.
- VIRGOLIM, A. M. R.; FLEITH, D. de S.; NEVES-PEREIRA, M. S. *Toc, toc,... plim, plim: lidando com as emoções, brincando com o pensamento através da criatividade*. Campinas: Papirus, 1999.

SITES CONSULTADOS

- ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DE APOIO ÀS ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO (AGAAHSD). Disponível em: <<http://www.agaahsd.com.br>>. Acesso em: 24 fev. 2009
- COLÉGIO MILITAR DE PORTO ALEGRE (CMPA). Disponível em: <<http://www.cmpa.tche.br>>. Acesso em: 24 fev. 2009.
- FUNDAÇÃO DE ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PPDs E PPAHs NO RS (FADERS). Disponível em: <<http://www.faders.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 dez. 2009.